

# Editorial

## LER, OLHAR E VER: UMA DISTINÇÃO QUE FAZ FALTA!

A diferença entre ver e olhar não é só uma distinção semântica ou um jogo de linguagem, mas um lugar ou processo fundamental para a nossa experiência como leitores.

Uma revista eletrônica pode parecer à ‘primeira vista’ que se constitui por elementos que pouco se diferem de outros suportes de informação ou modos de representar uma dada realidade. Entretanto, há nela palavras que provocam diferenças, modos de pensar significantes e singulares que revelam nos seus temas, ações, comportamentos e modos de compreender Educação e Saúde e particularmente Ensino na Saúde.

O que acontece em cada número (situações, problemas, fatos curiosos) aponta e sinaliza que estamos submetidos a um mundo de imagens que muitas vezes não entendemos e, por isso, podemos dizer que lemos e não vemos, olhamos e não enxergamos.

Os temas deste número da **Saberes Plurais** revelam uma dupla situação: a do ver que é diferente do olhar quando se tem como baliza o mundo das Políticas de Saúde, e que o pensar saúde (e tudo que acontece nela) pode ser compreendido como um território/espaço de exercício político.

Os desafios na área do Ensino na Saúde são complexos e não existem respostas imediatas ou soluções rápidas para eles, o que justifica a necessidade de estudos, reflexões e, especialmente, a formulação e materialização do pensar daqueles que tem no seu fazer cotidiano as questões da saúde entendida como cuidado da saúde e não como tratamento hospitalocêntrico ou centrado na lógica da doença.

Por isso, no processo de formação de um novo número estamos o tempo todo sendo confrontados com uma situação incessante de frustrações e expectativas. O desenho que emerge a cada editorial por sua pluralidade de temas de alguma maneira diz sobre esta situação.

São impasses ou a dificuldade de armar um ‘quadro da situação’ acabado, concebido a partir de uma perspectiva panorâmica e definitiva. Longe de rechaçar a leitura – necessária e, por vezes, urgente – sobre educação na saúde, entendemos que a necessidade de investigar sobre os impasses pelo qual passa o ‘fazer educação’ na/da área, passa pela sensibilidade e a capacidade de desenvolver conceitos a partir das situações que atravessamos e/ou percebemos. São impasses políticos (de poder), éticos (questão do direito e da dignidade), pedagógicos (construção dos saberes). São impasses que materializam conceitos, por sua vez, modelam comportamentos que, de outro modo, se não refletidos tendem a situar-se apenas no espaço da racionalidade puramente lógica onde polimos as representações abstratas.

Mais do que nunca, então, precisamos de situações que nos levem a compreender os conceitos-chave de articulação do pensamento e da prática, senão também como realidade concreta que se descobre potência e inicia e nos leva a outros saberes.

Nesse sentido, apreender exige muito mais do que ensinar, porque somente será capaz de compreender o porquê e os motivos da aprendizagem aquele que apreender suas consequências, seu sentido e o seu significado, ou seja, fazer uma leitura de mundo.

O conjunto de artigos deste número inicia com o artigo especial **Prevenção quaternária – conceito, importância e seu papel na educação profissional**, dos autores Paulo Peroni Pellin e Roger dos Santos Rosa. Trata-se de uma revisão narrativa que discute o conceito de prevenção quaternária ao longo do tempo, as novas linhas de pensamento, a relevância para a prevenção, a aplicabilidade na prática dos profissionais da saúde e aborda estratégias de ensino para a difusão do conhecimento sobre o assunto.

Nas experiências docentes e discentes, dois artigos são apresentados. O artigo **Seminários autopoieticos: diálogos e percursos de educação permanente em saúde**, de Fabiana Schneider Pires, Graciela Soares Fonsêca e Carlos Botazzo, destaca o processo de construção de uma rede colaborativa entre trabalhadores, gestão e pesquisadores a partir de ações de Educação Permanente em Saúde (EPS). Tem o objetivo de relatar o desenvolvimento dos Seminários Autopoieticos e tecer reflexões sobre seu potencial disparador de novas metodologias para o trabalho em saúde. Seu diferencial está no fato maximizar o repensar o processo de trabalho, naquilo que diz respeito ao cuidado a partir de uma proposta metodológica que tem na problematização o eixo da construção de conhecimentos pela vivência de experiências significativas do cotidiano de trabalho dos participantes se, contudo, desconhecer que nesse processo as fragilidades e forças permitem potencializar o trabalho em saúde. Já o artigo **Saúde e cidadania na escola: experiências inovadoras que promovem o bem viver**, escrito pelo grupo constituído por Camila Giugliani, Eliane Maria Teixeira Flores, Kátia Teresa Cesa, Vania Roseli de Mello, Jandira Roehrs Santana, Patrícia Genro Robinson, Cristiane Nunes Pereira e Nilvo Masulini, relata uma experiência de promoção da saúde e participação social junto às crianças de uma escola pública de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Trata-se de uma pesquisa-ação do Movimento pela Saúde dos Povos. A intervenção realizada na escola envolveu instituições de ensino e profissionais da Unidade Básica de Saúde do território, pelo Programa Saúde na Escola.

Ao refletir sobre **A importância da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como ferramenta estratégica para a consolidação da Rede de Atenção Psicossocial**, os autores Larissa Weber e Roger dos Santos Rosa sinalizam que só podemos ver quando aprendemos que algo não está à mostra e podemos sabê-lo. Portanto, para olhar, é preciso pensar. Ao situar historicamente o processo de reorganização do modelo assistencial em saúde brasileiro os autores chamam atenção

para a pertinência de uma Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) para a consolidação da RAPS no Brasil. Destaca-se como intencionalidade da reflexão que foge aos truísmos, na medida em que busca desmistificar a crença de que os usuários da saúde mental são perigosos, incapazes e desprovidos de direitos de cidadania sustentando também, algo evidente por si mesmo – a despeito de nossa aparente exclusiva preocupação com o assistencialismo nesta área. E, por uma questão de coerência valoriza as ações de educação permanente em saúde mental.

O artigo **Os encontros e desencontros entre saberes populares, Atenção Básica e emergência**, de Sabrina Lacerda da Silva e Carmen Lucia Bezerra Machado, reitera elementos importantes na construção do saber docente em educação para a saúde ao pensar a importância dos saberes populares nos Espaços Educativos da saúde (independente do fato dele se caracterizar como formal ou não formal). As situações apresentadas e vivenciadas na prática são inter cruzadas com as políticas públicas vigentes em saúde. E, a partir dessa conversa entre textos e o fazer cotidiano dos profissionais da saúde, a reflexão permite aos leitores compreender como se processo o atendimento as urgências/emergências fora dos muros hospitalares.

O artigo de Daiane Schellin Berwaldt – **Educação Permanente em Saúde: possibilidade ou desafio para os trabalhadores da saúde mental?** – dirige sua atenção analítica para o conceito de educação permanente. O texto não é uma abordagem curiosa ou contemplativa. Seu olhar é reto, sintético e imediato. Na imediatidade do ver torna o tema um evento objetivo evidenciando que aprender a pensar é descobrir aquilo que está no nosso cotidiano. O artigo faz um paralelo entre Educação Permanente em Saúde (EPS) e Política de Saúde Mental e neste paralelo destaca as possibilidades estratégicas de formação/capacitação dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde que podem estimular a maior e melhor qualificação dos profissionais, gestores e usuários dos serviços de saúde mental. Aqui o conceito de Educação Permanente em Saúde se apresenta como um princípio da ação capaz de dar mais efetividade às ações de cuidado em saúde mental.

A leitura do artigo **O papel do Agente Comunitário de Saúde frente ao desafio da nova Política Nacional de Atenção Básica** possibilita conexões para a construção de um marco analítico que busca compreender os processos que ocorrem a partir da relação agente mediador nos espaços comunitários possibilitados pela Política Nacional de Atenção Básica. O grupo de articulistas formado por Helena Pereira Rodrigues da Silva, Michele Neves Meneses, Denise Bueno e Ramona Fernanda Ceriotti Toassi está a nos dizer que perceber o lugar e o papel do Agente Comunitário serve para se compreender os espaços educativos não formais, como também, que a sua atuação permite, como contraponto, se compreender as lógicas que modelam as relações propostas numa Política Pública. O artigo sobre o papel do Agente Comunitário de Saúde (ACS) à luz do novo texto da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) reflete sobre o modelo de atenção à saúde e sobre como e porque o protagonismo do Agente Comunitário contribui para a qualidade de vida das pessoas e da

comunidade. Seu diferencial está não apenas na promoção da saúde, mas no modo como se materializa esta ação: sua ação não se dá no campo das ideias, mas no campo da própria realidade. Este profissional da saúde atua sobre a realidade com a convicção de que tudo é possível quando se promove e organiza as reivindicações da comunidade.

No ensaio **Metodologias ativas no processo formativo em saúde**, Marcelo Rodrigues Reser, Cristine da Rocha e Sabrina Lacerda da Silva discutem a utilização das metodologias ativas e sua contribuição na formação de profissionais da saúde. Destacam a importância da troca de saberes nos processos educativos e do conhecimento construído de forma colaborativa pelo questionamento e reflexão. Argumentam sobre a necessidade da utilização das metodologias ativas como ferramenta metodológica nos processos de trabalho e no cotidiano da formação na área da saúde, possibilitando uma educação mais reflexiva, crítica e democrática, o que irá se refletir na assistência realizada junto aos usuários.

Dagmar Estermann Meyer, Luiz Fernando Calage Alvarenga, Sandra dos Santos Andrade, Jeane Félix e José Geral do Soares Damico abrem a sessão de pesquisas da revista, com o artigo **Quem aprende o que e com quem? Educação permanente em saúde e intersectorialidade como desafios político-pedagógicos**. O texto resulta de pesquisa realizada em parceria com as Secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social de um município da Grande Porto Alegre, Rio Grande do Sul, responsáveis pela implementação de programas de 'inclusão social'. Apóia-se na educação permanente em saúde em articulação com teorizações pós-estruturalistas e a análise cultural.

Os resultados da pesquisa **Educação em saúde: um estudo de caso sobre sífilis congênita no município de Esteio no Rio Grande do Sul**, de Aline Coletto Sortica e Paulo Peixoto de Albuquerque, exige uma leitura/analítica mais demorada (os desavisados podem pensar que se trata de mais um texto de síntese); não! O tema pode ser entendido na perspectiva vigotskiana, na qual a mediação de uma profissional da saúde comprometida com Ensino na Saúde se apresenta como componente importante e fundamental. O texto mostra que o caso da sífilis no RS tem a ver com processos de mediação. Não qualquer mediação abstrata, mas aquela que se caracteriza como a relação que o ser humano estabelece com o mundo e com outros seres humanos, visto que é por meio desse processo as pessoas aprendem. Aprendem a conhecerem-se e reconhecerem-se como corpos que vivem a sua sexualidade tornando-se sujeitos. Ao identificar as potencialidades e fragilidades na Rede de Atenção à Saúde (RAS) do município, no que se refere à educação em saúde e ao cuidado às gestantes e parceiros com sífilis e às crianças com suspeita ou diagnóstico de sífilis congênita a reflexão busca, também, contribuir com elementos para subsidiar estratégias de educação no que se refere ao enfrentamento da sífilis congênita.

Os textos **Atividade de ensino integradora dos cursos da saúde na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: significando a experiência**, de Silvia Regina Guimarães de Medeiros, Alzira

Maria Baptista Lewgoy e Ramona Fernanda Ceriotti Toassi, e **Vivência profissional de trabalhadores da saúde com longo vínculo institucional: reflexões preliminares**, de Carolina Gasperin, Ananyr Porto Fajardo, Julio Baldisserotto e Cristine Maria Warmling, estão a nos dizer que educar não é simplesmente fazer como sempre se fez e que o problema da educação está no fato de, por sua natureza, não poder abrir mão de um modo de operar, e ser obrigado, apesar disto, a caminhar em um mundo que está em processo acelerado de mudanças. O primeiro, ao analisar a experiência da atividade de ensino integradora da UFRGS, leva os leitores a compreender o(s) sentido(s) de uma proposta de formação para os profissionais da saúde. Ao refletir sobre distinção existente entre padrão (formação profissional proposta) e significado (resultado das vivências) explicita um conceito importante para aqueles que trabalham com saúde – alteridade – fundamental e necessária para um outro modo de aprender e atuar profissionalmente. O segundo, tem no conceito – trabalho – a chave analítica para compreender as relações entre as práticas profissionais, processos de envelhecer no trabalho e contexto institucional. A reflexão aponta que as vivências no trabalho não são sinalizam apenas à história da instituição, mas evidenciam saber da experiência e a experiência do saber que precisa ser reconhecida. Estes dois textos, permitem dois movimentos: o primeiro, uma livre comparação sobre que pressupostos pedagógicos se faz um fazer profissional a partir do conceito de experiência/vivência. O segundo, diz respeito a singularidade de um processo de aprendizado de um fazer profissional que se constrói a partir de lugares/lógicas diferentes, porque nas diferentes formas de abordar um dado conhecimento explícito está um modo de fazer/pensar o trabalho na saúde. As pesquisas (nas suas narrativas) ao apresentarem seus pontos de vista, não só trocam e combinam conhecimentos através de recortes muito pessoais, mas re-configuram informações de modo evidenciar aquilo que sabem e pretendem informar. E, na tentativa de organizar a relação das atividades de ensino e da vivência profissional apontam que é no diálogo aberto que podemos descobrir as palavras e/ou conceitos que foram apresentados.

A resenha **A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição** de Eliane Teixeira Leite Flores faz o fechamento deste número da Revista Saberes Plurais. Nela a discussão sobre o processo de ensino/aprendizagem não se esgota no exercício abstrato da análise cognitiva, mas direciona a experiência-como uma possível saída para construir outras formas de pensar educação, ensino.

Importante destacar que, assim como a resenha, esta revista se apresenta como metáfora. Como metáfora ela permite também uma metaleitura. Em cada número que você lê, não está apenas o pensar daquele que escreve, mas também o esforço (coletivo) daqueles que são os autores e os editores.

Os autores são pretensiosos, estão a nos dizer que mundo se inventa e se reinventa a cada novo texto. Cada vez que uma revista fica pronta, ela está pronta para cumprir com o seu destino: tocar o leitor.

Agora, com a revista em frente, cada vez que o leitor passa os olhos pelas suas páginas, o tema, o escrito sofre uma mutação: o leitor se apropria daquilo que foi escrito. Assim, a compreensão de algo ou sobre o tema cresce e a pessoa que lê se fortalece, porque as ideias não têm dono.

Quando uma revista fica pronta é uma vitória; não é apenas um conjunto de artigos que se põe em evidência, mas um modo de entender a vida, a realidade e, principalmente, como os saberes, por serem plurais, constroem um modo de pensar o ensino na saúde.

E, como diz o poeta **Mauro Iasi**:

*O conhecimento é assim:  
ri de si mesmo e de suas certezas.  
É meta de forma  
metamorfose  
movimento  
fluir do tempo que tanto cria como arrasa  
a nos mostrar que para o voo  
é preciso tanto o casulo  
como a asa.*

Boa leitura!

Fabiana Schneider Pires

Paulo Peixoto de Albuquerque

Ramona Fernanda Ceriotti Toassi